

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso Contencioso de Apresentação de Candidatura n.º 18/2024, em que é recorrente o **NVR - Novo Rumo** e entidade recorrida o **3.º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca da Praia**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 96/2024

I. Relatório

1. Nelson Jorge Gomes de Pina, Mandatário do Grupo de Cidadãos Independentes **NVR - Novo Rumo** -, tendo sido notificado da decisão proferida pelo Meritíssimo Juiz do 3.º Juízo Cível do Tribunal da Comarca da Praia, que rejeitou a candidatura do Novo Rumo para as eleições autárquicas de 01 de dezembro de 2024, no Município da Praia, mas não se conformando com ela, interpôs o presente recurso, com base nas alegações que aqui se produzem para todos efeitos legais:

1.1. *Segundo o artigo 24º da CRCV, todos os cidadãos têm igual dignidade social e são iguais perante a lei, ninguém podendo ser privilegiado, beneficiado ou prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de raça, sexo, ascendência, língua, origem religião, condições sociais e económicas ou convicções políticas ou ideológicas.*

Desenvolvendo, o artigo 24º da Constituição da República de Cabo Verde expõe o artigo 55º que todos os cidadãos têm direito de participar na vida política diretamente e através de seus eleitores os cidadãos maiores, nos termos da lei (nº1 e 2).

De acordo com a lei, o artigo 5º do Código Eleitoral são eleitores todos os cidadãos cabo-verdianos, de ambos os sexos, maiores de 18 anos.

No dia 15 de outubro de 2024, pelas 09 horas e 07 minutos da manhã, o mandatário do grupo de cidadãos com a seguinte identificação civil (CNI):

Nome completo: Nelson Jorge Gomes de Pina

Filiação: Alexandre Mendes de Pina e Norberta Gomes Pinto Cabral

Sexo: M

Altura: 1.82

Nacionalidade: CPV

Data de nascimento: 16.11.1986

Nº ID civil: 19861116M001H

Validade: 27.01.2029, apresentou na secretaria central da Comarca da Praia a Candidatura da lista do grupo de cidadãos NOVO RUMO (NVR) às eleições dos órgãos titulares da Câmara Municipal da Praia, marcados para o dia 01 de dezembro de 2024.

A candidatura do grupo de cidadãos NOVO RUMO (NVR) segundo 3º Juízo Cível deu entrada na secretaria do mesmo juiz (parágrafo 2, despacho de 31.10.2024).

No despacho de 31.10.2024 o 3º Juízo Cível confirma que o Juiz teve conhecimento das irregularidades expostas na lei, muito antes de 25 de outubro de 2024.

No dia 25 de outubro de 2024 às 16 horas 30 minutos recebi a notificação via móvel, mais tarde por escrito.

Praticamente depois de 10 dias, depois da entrada da candidatura do NVR na secretaria do 3º Juízo Civil, embora a apresentação das candidaturas encerrou 22.10.2024.

No despacho de 25 de outubro de 2024 o Sr. Juiz do 3º Juízo Cível identificou a seguinte violação do artigo 425º do Código Eleitoral.

O 3º Juízo Cível notificou que o mandatário em 48 horas deve suprir a violação do artigo 425º do Código Eleitoral e apresentar ao mesmo juiz 500 certidões de recenseamento das propostas da candidatura do NVR no município da Praia, acompanhado de declaração em como são independentes, não filiadas em partidos políticos esses 500 proponentes.

Essa notificação recebi por escrita por volta das 19:20 da tarde, sexta-feira, 25 de outubro de 2024. Embora os documentos da candidatura do grupo de cidadãos NOVO RUMO deu entrada na secretaria do 3º Juízo Cível 2 dias depois da apresentação da candidatura na secretaria central da Comarca da Praia 25.10.2024.

Sexta-feira 25.10.2024 já não trabalhava a CRE-Praia, estava tarde.

Sábado 26.10.2024 e domingo 27.10.24 a CRE-Praia estava de portas encerradas.

Dessa forma o mandatário não tinha como suprir as notificações do 3º Juízo Cível exposto no despacho de 25.10.2024, e as 48 horas expostos para suprir essas notificações sobre irregularidades expirariam no domingo.

No despacho de 27.10.24, o Juiz do 3º Juízo Cível, rejeitou provisoriamente a lista apresentada pelo Grupo de cidadãos NOVO RUMO e notificou o mandatário que este tem 48 horas para suprir definitivamente essas irregularidades (ver paragrafo 6 paginas 1-2) do despacho de 31-10-24.

Nos termos do artigo 351º do Código Eleitoral verificando-se as irregularidades processuais, o magistrado judicial competente manda notificar imediatamente o mandatário da lista ferida de irregularidade para suprir no prazo de 48 horas.

Segundo e de acordo com o Código Eleitoral, quem emite as certidões de recenseamento dos proponentes de candidatura do NOVO RUMO às eleições dos titulares da CMP.

O mandatário da lista do NVR não teve culpa nenhuma se este não teve acesso ao serviço de CRE-Praia para emitir as 500 certidões de recenseamento eleitoral dos proponentes da candidatura do grupo de cidadãos NOVO RUMO. Mas se, o 3º Juízo Cível realmente

queria que o mandatário suprisse as irregularidades mencionada em cima, podia identificar mais cedo e não na sexta-feira a tarde, para emití-las no sábado e domingo.

A secretaria do 3º Juízo Cível tinha documentos de candidatura de NVR desde 17 outubro de 2024.

No despacho de 27.10.24 o 3º Juízo Cível provisoriamente rejeita a lista do grupo de cidadãos NOVO RUMO, citando que a candidatura se verifica com ilegitimidade do proponente da presente candidatura e que esta não está ordenada em conformidade com a paridade na participação política (parágrafo 4).

Nos termos do artigo 352º do Código Eleitoral são rejeitados os candidatos inelegíveis e a lista que não contenha o numero de candidatos efetivos e suplentes estabelecidos.

Como consta, a lista do grupo de cidadãos NOVO RUMO as eleições dos órgãos titulares da Câmara Municipal da Praia são elegíveis contem o numero de candidatos efetivos e suplentes estabelecidos na lei (ver paragrafo 2, pagina 3 do despacho de 27.10.24).

Também o 3º Juízo Cível citou paridade na participação política como uma das bases de fundamentação da argumentação deste na rejeição provisória do grupo de cidadãos NOVO RUMO juntamente com as 500 certidões de recenseamento dos proponentes da candidatura do NVR (ver paragrafo 11 4 pagina 3 despacho de 27.10.24).

A rejeição da candidatura do grupo de cidadãos NOVO RUMO com base em não conformidade com a paridade na participação política exposto no despacho de 27.10.24, não está de acordo com o Código Eleitoral. Segundo, o Código Eleitoral, 1º o juiz notifica o mandatário e só depois de 48 horas é que pode ser rejeitado.

O 3º Juízo Cível nesse caso violou o artigo 351º, 352º do Código Eleitoral mencionado em cima, porque o mandatário não foi notificado que a lista não estava conforme a paridade na participação política (ver despacho 25.10.2024 - o 1º despacho do 3º Juízo Cível notificado ao mandatário da lista do NOVO RUMO durante este processo de apresentação de candidatura.

Tentando nos enganar o 3º Juízo Cível disse-nos que o despacho de 27.10.2024 é provisório, mas no despacho esse não citou que o despacho é provisório. Só depois de apresentarmos prova de que o juiz realmente disse nos que é provisório, o juiz em 48 horas mandou suprir irregularidades acima mencionada.

A paridade na participação política foi suprida em 48 horas assim como manda a lei.

28.10.24 na CRE-Praia logo de manhã o mandatário esteve lá com o pedido para emissão de 500 certidões de recenseamento eleitoral dos proponentes. Uma das funcionárias da CRE-Praia me disse que a CRE-Praia e os seus funcionários estavam ocupados no trabalho de eliminação e duplas inscrições, óbito e que o período de inalterabilidade é já no dia.

O pedido por escrito foi me recusado, mas mesmo assim quis o mandatário da lista deixar a lista com os 500 proponentes da candidatura do grupo de cidadãos NOVO RUMO às eleições dos titulares da CMP.

29 de outubro de 2024 por volta das 17 horas da tarde fui notificado pela CRE-Praia que é impossível emitir 500 certidões de recenseamento eleitoral no âmbito da apresentação da candidatura às próximas Eleições Autárquicas.

Embora o 3º Juízo Cível alega que o mandatário da lista do grupo de cidadãos NOVO RUMO antes de aceitar a declaração da CRE-Praia em apuros ouvi o seguinte:

A CRE-Praia não tem recursos para emitir 1000 certidões de recenseamento eleitoral com todo esse trabalho que estamos ocupados em fazer. Só depois disse é que decide receber a declaração. Embora o mandatário não pediu formalmente por escrito a emissão das 500 certidões de recenseamento eleitoral (porque o pedido do mandatário por escrito não foi aceite), o mandatário recebeu da CRE-Praia onde provou que o mandatário realmente tem intenção e cumpre a lei, porque se o mandatário não queira [quisesse] cumprir as irregularidades notificadas pelo 3º Juízo Cível, 27.10.2024, nem a paridade na participação política e nem a declaração do presidente da CRE-PRAIA não estariam suprida e apresentada defronte o 3º Juízo Cível.

Rejeitando a candidatura do grupo de cidadãos NOVO RUMO às Eleições dos Órgãos titulares da CMP, marcados para o dia 01 de dezembro de 2024 como argumento, o 3º Juízo Cível mencionou que é imputável ao proponente da presente candidatura o incumprimento do prazo de 48 horas previsto pelo Código Eleitoral para juntar aos autos acima referenciados o documento que comprova o recenseamento dos subscritores da sua lista de candidatos ao sufrágio dos titulares da CMP e que não se verifica o justo impedimento invocado pelo mandatário da lista.

O argumento da rejeição da candidatura da lista de grupo de cidadãos NOVO RUMO às eleições dos titulares da CMP, marcadas para o 01 de dezembro de 2024 é injusto, desumana, inconstitucional e fora da lei.

O 3º Juízo civil depois de receber a candidatura do grupo de cidadãos NOVO RUMO 17.10.2024 notifica o mandatário da lista do grupo acima mencionado, praticamente 10 dias depois, sexta-feira a tarde, sabendo que a CRE-Praia nos fins de semana (sábado e domingo) pode não prestar serviço para o mandatário da lista e foi isso que aconteceu. O mandatário da lista não supriu as irregularidades de 25.10.2024 devido a não prestação de serviços da CRE-Praia e as portas estavam encerrados.

Despacho de 27.10.2024 do 3º Juízo Civil não foi despachado consoante a lei, porque o mandatário da lista não foi notificado que a lista dos candidatos não estava em conformidade com a paridade na participação política.

No mesmo despacho mencionado no paragrafo dessa página o 3º Juiz admite que os candidatos da lista de grupo de cidadãos NOVO RUMO aos titulares da CMP, eleições marcadas para o dia 01 de dezembro de 2024 são elegíveis.

De acordo e dentro da lei a rejeição provisória da lista do grupo de cidadãos NOVO RUMO 27.10.24 (ver despacho de 27.10.24) é injusta, antidemocrática e desumana porque de acordo e dentro da lei teve que suprir só a notificação do 3º juiz civil- Emitir na CRE-Praia 500 certidões de recenseamento eleitoral dos proponentes, o que devido ao justo impedimento devido a não prestação de serviço e funcionamento da CRE-Praia no sábado e domingo- 26 e 27.10.24.

A negação do justo impedimento do 3º juízo Cível no despacho de 31.10.24 não está em conformidade com a posição do estado democrático como refere a constituição da república de Cabo Verde.

Depois de receber a notificação de 27.10.24 às 23horas e 59 minutos, horas demasiadamente tarde, logo de manhã de 28.10.24, cheguei na CRE-Praia para fazer a emissão das 500 certidões de recenseamento eleitoral dos proponentes.

Recebi o não da funcionária da CRE-Praia, mesmo assim deixei a lista dos 500 proponentes para a emissão das certidões de recenseamento eleitoral desses, depois a funcionária da CRE-Praia me dizer que estão todos ocupadíssimos. A CRE-Praia estava tão ocupado que na cabeça de declaração de 29.10.2024 encabeçada ao mandatário de lista do grupo de cidadãos NOVO RUMO em vez de escrever o nome do mandatário da lista do grupo de cidadãos NOVO RUMO escreveu o nome do mandatário da lista de outro grupo independente. Embora, a comissão de recenseamento da praia, 31 de outubro de 2024, depois de 48horas como manda a lei, notificou ao 3º juízo Cível que o mandatário de lista do grupo de cidadãos NOVO RUMO entregou a lista para a emissão das certidões de recenseamento dos 500 proponentes onde mostra que o mandatário da lista do NVR fez de tudo.

Mesmo depois de receber a declaração de que não é possível a emissão das 500 certidões de recenseamento eleitoral por parte da CRE-Praia, o mandatário da lista apresentou a CRE-Praia a lista para que ela, a CRE pudesse emitir as 500 certidões de recenseamento eleitoral.

O mandatário da lista do grupo de cidadãos NOVO RUMO entregou uma lista contendo 500 proponentes da candidatura do grupo de cidadãos NOVO RUMO, não 400 como escreve o presidente do CRE-Praia.

Segundo o despacho de 27.10.2024 os proponentes das candidaturas eram 432 no dia 27.10.2024.

De acordo com a lista de proposição de candidaturas que foi entregue no dia 29.10.2024 o prazo exposto pelo 3º Juízo Cível estão 500 proponentes (ver as matérias do processo).

Todos os 500 proponentes no momento da propositura declaram ser recenseados no município da praia e não filiados em partidos políticos. As assinaturas dos proponentes provam esse fato.

A CRE-Praia justificando a sua declaração perante 3º Juízo Cível pretende usar o ditado “corda ta rabenta na lado mais fraco”. Os documentos do processo provam que no dia 29.10.2024 o mandatário no total tinha 500 proponentes para emissão de certidões de recenseamento eleitoral e também a lista para e emissão de certidões de recenseamento eleitoral não com os 400 apontados pelo presidente da CRE-Praia, porque já no despacho de 27.10.24 foram notificados e confirmados que no total eram 432 os proponentes. E devido a decisão provisória o prazo foi prolongado até 29.10.24.

A declaração da CRE-Praia mostra que o mandatário da lista do grupo de cidadãos Novo Rumo queria emitir através da CRE-Praia as 500 certidões de recenseamento eleitoral para suprir as irregularidades mencionada nos despachos de 27 e 25 de outubro de 2024 (ver declaração da CRE-Praia de 29 e 31 de outubro de 2024).

No processo consta que o grupo apresentou os 500 eleitores proponentes da candidatura, os documentos dos candidatos estão em conformidade com a lei.

*No sábado e domingo (26 e 27 de outubro de 2024 as portas do CRE-Praia estavam todas encerradas). Foi passada a **declaração no dia 29.10.2024 da CRE-Praia**, citando que não é possível a emissão dessas 500 certidões de recenseamento eleitoral.*

O mandatário da lista do grupo de cidadãos Novo Rumo não ..., eu, não faço magia.

O mandatário supriu todas as outras irregularidades sempre a tempo e fez tudo no seu alcance e dentro da lei.

O despacho de 31.10.2024 é inconstitucional, porque viola não só os direitos fundamentais garantidos a todos os cabo-verdianos na Constituição da República de Cabo Verde e também não está em conformidade com o Código de Processo Civil e do Código Eleitoral.

Pela presente, e no âmbito da Constituição da República de Cabo Verde

Peço que:

O Tribunal Constitucional de acordo com a Constituição da República de Cabo Verde resolva esse caso e mande a instância corrigir os erros cometidos”.

2. O requerimento de interposição de recurso foi admitido e o recurso subiu ao Tribunal Constitucional onde se procedeu à distribuição, debate e apresentação do projeto de acórdão pelo relator que o elaborou com base na fundamentação consensualizada nos termos que se seguem.

II – Fundamentação

3. Com o presente recurso pretende o recorrente que se mande corrigir os erros cometidos pelo Meritíssimo Juiz do 3.º Juízo Cível do Tribunal da Comarca da Praia, ao ter rejeitado a candidatura do Novo Rumo para as eleições dos titulares da Câmara Municipal da Praia, no dia 01 de dezembro de 2024.

4. Antes de o Tribunal conhecer do mérito deste recurso, importa verificar se os pressupostos de admissibilidade do mesmo se encontram presentes.

4.1. Assim, não se colocam problemas de legitimidade, na medida em que é recorrente o mandatário da candidatura apresentada pelo grupo de cidadãos Novo Rumo, que concorre às próximas eleições autárquicas no Município da Praia. Conforme dispõe o artigo 354.º do Código Eleitoral: *“Têm legitimidade para interpor recurso os candidatos, os mandatários das listas e os partidos políticos ou coligações concorrentes à eleição no círculo eleitoral,”*.

4.2. O Tribunal Constitucional é competente para apreciar e decidir o presente recurso. Pois, resulta de forma inequívoca a sua competência, uma vez que nos termos do artigo 353.º do Código Eleitoral, *“Das decisões finais do Tribunal de Comarca relativas à apresentação de candidaturas cabe recurso para o Tribunal Constitucional (...)”*. não há dúvida que o despacho através do qual se rejeitou a candidatura do Novo Rumo constitui uma decisão relativa à apresentação da respetiva candidatura para as próximas eleições autárquicas com vista à escolha dos titulares da Câmara Municipal da Praia.

4.3. Por último, mas não menos importante, é condição de admissibilidade de qualquer recurso dessa natureza que o requerimento de interposição de recurso seja apresentado no tribunal que proferiu a decisão que se pretende impugnar no prazo de quarenta e oito horas a contar da notificação. O recorrente foi notificado do despacho que rejeitou a candidatura impugnada, no dia 31 de outubro de 2024, e deu entrada do seu requerimento de impugnação no Tribunal Judicial da Comarca da Praia, no dia 02 de novembro do mesmo ano. Portanto, o recurso mostra-se tempestivamente interposto.

4.5. Admite-se, pois, o presente recurso, devendo o Tribunal Constitucional responder às seguintes questões:

Primeira- É legal e legítimo que se exija que a apresentação de candidaturas suportadas por grupos de cidadãos independentes se faça acompanhar de certidões de recenseamento correspondentes a 5% do número de cidadãos eleitores residentes na área do município, não podendo ser em caso algum superior a 500?

Segunda - Caso a resposta seja afirmativa, logrou a candidatura do Novo Rumo cumprir tempestivamente a condição a que se refere a pergunta anterior?

Terceira - Ocorreu algum evento não imputável à candidatura do **Novo Rumo** que pudesse justificar a não apresentação oportuna das certidões de recenseamento dos seus proponentes, ou seja, ocorreu o justo impedimento?

5. Antes de o Tribunal Constitucional responder à primeira questão, importa contextualizá-la.

Com efeito, no despacho de aperfeiçoamento proferido pelo Meritíssimo Juiz do 3.º Juízo Cível da Comarca da Praia, de 25 de outubro de 2024, tendo analisado para poder pronunciar-se sobre a verificação da regularidade do processo, a autenticidade dos documentos que integram o processo n.º 48/2024 e a elegibilidade dos candidatos, ao abrigo do artigo 350.º do Código Eleitoral, sinalizou, dentre outras irregularidades, a falta de certidões de recenseamento no caderno eleitoral da Praia dos proponentes da candidatura do Novo Rumo, verificando-se, assim, a ilegitimidade dos proponentes, o que seria um fundamento para a rejeição dessa candidatura.

Tendo o sr. Nelson Jorge Gomes de Pina sido notificado desse despacho no dia 25 de outubro de 2024, pelas 17 horas, e informado que teria o prazo de 48 horas para suprir as irregularidades referidas no despacho, veio, no dia 27 de outubro de 2024, pelas 16 horas e 30 minutos, apresentar o documento constante de fls. 125 dos autos, em que, em relação à irregularidade sinalizada, refere que devido ao momento em que recebeu a comunicação (sexta-feira às 16 horas e 40 minutos), não lhe foi possível apresentar as certidões de recenseamento eleitoral dos proponentes da candidatura do Novo Rumo, porque a CRE da Praia não presta serviços aos sábados e domingos.

Conclusos os autos, o Meritíssimo Juiz do 3.º Juízo Cível da Comarca da Praia, no dia 27 de outubro de 2024, sem indicação da hora, proferiu o despacho alojado a fls. 140 dos autos, cujo teor relevante para a questão em apreço se passa a reproduzir: *“decorrido o prazo de quarenta e oito horas, compulsados os autos constata-se o seguinte: Não constando dos autos acima referenciados as 500 (quinhentas) assinaturas de cidadãos eleitores, nem as respectivas certidões de recenseamento eleitoral na Comissão de Recenseamento Eleitoral da Praia, verifica-se a ilegitimidade do proponente da presente candidatura, determinante da rejeição da lista dos candidatos à eleição dos titulares da Câmara Municipal da Praia...”*

Notificado do despacho no dia 27 de outubro de 2024, pelas 23 horas e 56 minutos, no dia 29 do mesmo mês e ano, apresentou um requerimento ao Tribunal acompanhado da declaração emitida pelo presidente da CRE Praia com as seguintes informações: *“ Por esta via informamos ao senhor Nelson Jorge Gomes de Pina, na qualidade de “ Mandatário do Grupo de Cidadãos Novo Rumo” que não nos é possível emitir as 500 (certidões) de recenseamento eleitoral, no âmbito da apresentação da candidatura às próximas Eleições, uma vez que ainda estamos na eliminação de duplas inscrições, óbito e o período de inalterabilidade é já no dia 1 de dezembro)”*.

No dia 31 de outubro de 2024, o 3.º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca da Praia, proferiu o despacho que rejeitou a candidatura do Novo Rumo e que se encontra a fls. 173 e seguintes.

5.1. A questão de se saber se as candidaturas suportadas por grupos de cidadãos independentes devem ou não ser instruídas com as certidões de recenseamento eleitoral

dos proponentes foi enfrentada e ultrapassada desde a prolação do Acórdão n.º 18/2016, Basta vs. Tribunal Judicial da Comarca da Boa Vista, Rel. JC José Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, n.º 50, de 16 de dezembro de 20016, tendo o mesmo aresto fixado as seguintes orientações:

“2.1.2. A candidatura de grupos de cidadãos a sufrágio destinado a eleger os titulares de órgãos do poder local está prevista no Código Eleitoral, decorrendo da própria Constituição. Portanto, como já se pronunciou recentemente o Tribunal Constitucional (Acórdão nº 14/2016, de 7 de agosto), tal possibilidade não é decorrente de “liberalidades dos poderes públicos, objeto de magnanimidade de outros atores políticos ou incómodos temporários que os projetos mais estruturados têm que tolerar” (p. 27). Outrossim, resulta de objetivos constitucionais nobres ligados ao princípio democrático e ao direito de participação política, permitindo a cidadãos preocupados com os destinos da sua comunidade, fora do quadro ideológico-partidário, concorrerem a essas eleições com projetos governativos de base local as eleições e a preferência do povo. Nada disto pode ser, à luz da Constituição, disputado, conforme decorre da análise das próprias Atas da Assembleia Nacional referentes à sessão que aprovou a versão original do Código Eleitoral em 1999.

2.1.3. Todavia, o sistema não está propriamente assente no pressuposto de que qualquer grupo de pessoas deve participar, nessa qualidade, de eleições autárquicas, só por serem, em abstrato, e, em conjunto, um “grupo de cidadãos”. Ainda que não se faça uma triagem rigorosa preliminar por via do estabelecimento de condições especiais, o legislador tem a preocupação de inserir no regime normas que, além de propósitos organizacionais e de certificação, destinam-se a garantir que tal grupo tenha penetração na comunidade, daí o número de cidadãos subscritores recenseados na zona do Município que o Código Eleitoral exige. A este critério de representatividade, que, por via negativa, é também uma forma de evitar o aventureirismo e o voluntarismo eleitorais – o grupo de amigos que, de um momento para o outro, resolve concorrer às eleições sem ter uma proposta estruturada e viável de governação local –, e, por isso, não deixa simbolicamente de estimular uma organização mínima do grupo, a qual se manifesta precisamente na capacidade que deve para preparar e apresentar o seu processo de candidatura. Não podia ser diferente, atendendo que se propõem governar os destinos de milhares de outros cidadãos que têm residência no seu Município e que, em larga medida, são os próprios eleitores.

2.1.4. Portanto, desde logo, deve ficar claro que para o Tribunal as exigências formais mínimas que se faz em relação ao processo de candidatura não são de importância menor e se o formalismo, enquanto filosofia, é prejudicial para o Direito, não se pode dizer que formalidades gizadas de modo proporcional e destinadas à salvaguarda de interesses públicos relevantes o sejam igualmente. O legislador, ao impor como requisitos formais de apresentação das candidaturas os previstos pelo artigo 348º do Código Eleitoral, prevendo, ainda, para os grupos de cidadãos subscritores de listas independentes, os que decorrem dos seus artigos 425.º e 426.º, fá-lo com o propósito de sistematizar este processo, impondo a apresentação de um número específico de documentos destinados a, respetivamente, organizar as listas para efeitos eleitorais cuja finalidade é o preenchimento dos mandatos, identificar e certificar a capacidade eleitoral dos candidatos, confirmar a sua vontade em associar-se a determinado projeto político, designar o seu representante nas operações eleitorais, declarar que não estão filiados a partidos políticos no caso dos candidatos em listas propostas por grupos independentes, etc.

É verdade que se pode considerar que os grupos de cidadãos não possuem, por definição, um suporte organizacional similar aos partidos políticos, não sendo constitucionalmente legítimo o estabelecimento de ónus excessivos a essas entidades, de tal sorte a não terem capacidade de se apresentar às eleições. Porém, não isenta que aos grupos de cidadãos se exija ligação à comunidade – que se comprova com o número mínimo de subscritores – e, particularmente, que revelem a consistência necessária para perseguir tão nobres propósitos, apresentando os documentos exigidos por lei para se candidatar a essas eleições.

2.1.5. Por conseguinte, concluindo o ponto, efetivamente, segundo o despacho de aperfeiçoamento do Mmº Juiz do Tribunal da Comarca da Boa Vista, incluía-se entre essas omissões a suprir, documento de certificação de recenseamento na zona em que concorre, portanto na Boa Vista, que nos parece, sem embargo do que poderia decorrer da interpretação dos artigos 425 e 426, incontornável para se poder comprovar, precisamente, o lastro social da candidatura no Município da Boa Vista.

2.1.6. Portanto, as exigências mínimas e proporcionais feitas pela lei têm igualmente esse objetivo, sendo muito pouco auspicioso, como demonstra o douto despacho do

Meritíssimo Juiz da Comarca da Boavista, o nível de deficiências que o processo de candidatura apresentava – nomeadamente com a falta de documentos básicos sobre os quais nunca se suscitou dúvida no quadro de instrução de candidatura eleitoral–, que, afastando-se da normalidade, apresentava uma quantidade excessiva de irregularidades. Não é, seguramente, depois do despacho de correção do juiz o momento ideal para apresentar o grosso dos documentos necessários que devem integrar o processo de candidatura. E isso não deixa de ser racional, haja em vista que, de facto, não se pode, sob pena de se atropelar os prazos previstos para as diversas fases do processo eleitoral, estendê-los demasiadamente. Pressupõe-se, pois, que as candidaturas, mesmo as promovidas por grupos independentes, têm capacidade para entregar um processo globalmente completo, ficando somente pequenos ajustes para o período posterior a eventual despacho do juiz no sentido de supressão das irregularidades”.

5.2. Esse mesmo acórdão histórico e por isso emblemático, por ter permitido que fosse admitida uma candidatura apoiada por grupo de cidadãos da Boa Vista, a qual saiu vencedora no pleito eleitoral respetivo e dirigiu os destinos do Município da Boa Vista, de 2016 a 2020, procedeu também à interpretação e aplicação sistemática e teleológica do disposto nos artigos 425.º e 426.º do Código Eleitoral, nos seguintes termos:

“2.1.7. É verdade que se pode considerar possível que a candidatura requerente pode ter tido dúvida razoável, se levarmos em consideração que o artigo 426, precisamente epigrafado de ‘requisito formal de apresentação de candidatura’ – no qual se esperaria estarem concentrados os requisitos adicionais aplicáveis às candidaturas promovidas por grupos de cidadãos –, somente exige declaração de que “o candidato não se encontra inscrito em qualquer partido político” e que o outro tipo de documento central mencionado nos autos, a certidão de recenseamento na área do município, retira-se, implicitamente, do artigo 425.

2.1.8. Mesmo que se aceite tal possibilidade interpretativa, é muito difícil de acreditar que um grupo de cidadãos integrado por centenas de membros da sociedade boavistente e figuras experimentadas ao nível local e nacional, chegassem a esta conclusão, particularmente tendo em mente que seria facilmente inferível da lei porque já há, neste momento, prática consolidada de aplicação dessas normas e que considera imprescindível a apresentação de prova de recenseamento dos subscritores na zona em que se propõe

candidatura independente. Consequentemente, face a tais antecedentes, mesmo na hipótese de que outra interpretação fosse admissível, esta realidade deveria ter suscitado, pelo menos, dúvida aos proponentes no que diz respeito à necessidade de apresentação da referida documentação, e suscitadas diligências conformes para obtenção de informações”.

5.3. Portanto, se em 2016 já era assim, volvidos oito anos, não se compreende que o **Novo Rumo** tenha apresentado a sua candidatura com manifesta insuficiência de certidões de recenseamento eleitoral dos seus proponentes.

Nesta oportunidade, o Tribunal Constitucional reitera o seu entendimento e faz valer a sua jurisprudência no sentido de que a exigência de subscrição de candidaturas independentes por uma percentagem ou número absoluto de cidadãos eleitores da área do município para o qual se concorre, trata-se de formalidades gizadas de modo proporcional e destinadas à salvaguarda de interesses, designadamente para testar a solidez, a seriedade e o âmbito de penetração ou aceitação na comunidade.

5.4. Ainda sobre esta matéria, importa trazer à colação o Acórdão n.º 34/2020, de 24 de setembro (Autos de Recurso Contencioso de Apresentação de Candidatura para as eleições municipais de 25 de outubro de 2020, em que foi recorrente o LUTA-Liderança, União, Trabalho e Amor), Grupo Independente, e recorrido o 4º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca da Praia, publicado no BO: I serie, nº 139, de 23 de dezembro de 2020, no âmbito do qual o Tribunal Constitucional fixou orientações sobre o fundamento da exigência legal no sentido de as candidaturas apresentadas por grupos de cidadãos recenseados na área do município terem um número de proponentes correspondente a 5% do número de cidadãos eleitores, não podendo ser em caso algum superior a 500.

“ C. Quem tem poder de apresentação de candidaturas?

1. Conforme a decisão do Tribunal de instância, a lista do proponente não foi admitida com base em dois argumentos, primeiro porque não teria sido apresentado o número de cidadãos eleitores exigido por lei e, em segundo lugar, porque não se cumpriu regra legal quanto à alternância de sexo nos dois primeiros lugares em função do

disposto na Lei da Paridade. Antes de prosseguirmos na análise de mérito, impõe-se interrogar rapidamente sobre quem detém em Cabo Verde, à luz do Código Eleitoral, o poder jurídico-público para apresentar candidaturas aos órgãos municipais.

2. Ora, esta questão é facilmente de responder, tendo em conta o disposto no artigo 425º do CE, que determina que , «para além dos partidos políticos e das coligações de partidos políticos nos termos do presente Código, as listas para as eleições dos titulares dos órgãos municipais podem ser **apresentadas por grupos de cidadãos recenseados na área do município e não filiados em partidos políticos, correspondentes a 5% do número de cidadãos eleitores**, não podendo ser em caso algum superior a 500 . Assim, os titulares deste poder são:
- a) Os partidos políticos;
 - b) As coligações de partidos políticos;
 - c) Grupos de cidadãos recenseados na área do município e não filiados em partidos políticos, correspondentes a 5% do número de cidadãos eleitores, não podendo ser em caso algum superior a 500.

Desta norma resulta, pois, uma legitimação para os grupos de cidadãos que sejam em número superior a 5% dos eleitores de um dado município ou cujo número não ultrapasse os 500. Acontece que aqui se está a criar uma cláusula barreira para a mera apresentação de candidatura colocada em 5% ou, alternativamente, em um número fixo de 500 eleitores.

Esta norma coloca algumas questões quanto à sua operacionalidade prática, tendo em conta a intencionalidade do legislador, mas também uma questão teórica de saber se a própria cláusula de 5% para a mera apresentação de candidaturas é uma exigência demasiado forte e contraditória com o princípio democrático na medida em que pode desfavorecer a participação num país que não conhece uma cláusula barreira expressa em termos de representação na Assembleia Nacional ou a nível das eleições para a assembleia municipal. O problema da cláusula dos 5% para a

mera apresentação das candidaturas coloca-se com acuidade em municípios e círculos eleitorais com muita população como é o caso dos municípios e círculos eleitorais da Praia e de S. Vicente, onde os cinco por cento de eleitores recenseados no município ultrapassa larguissimamente o número de 500 eleitores. Assim, por exemplo, na Praia se considerarmos como número de eleitores recenseados o número de 88.857 eleitores previsto para 2020 os 5% deste número seriam 4443. Se considerássemos o número 82.198 eleitores registados nas Eleições do Ano de 2016 na Praia os 5% seriam equivalentes a 4109¹. Por esta bitola, se ela fosse aplicada de modo alternativo ao número de 500 na Praia, enquanto se exigiria números acima de 4000 para um grupo de cidadãos apresentar uma lista, já em 13 municípios do país que em 2016 tinham menos de 10.000 eleitores, com base na cláusula de 500 cidadãos², poderiam apresentar uma lista.

Assim, nos círculos e municípios mais populosos, para não se prejudicar a participação de grupos de cidadãos optar-se-á sempre por aplicar uma das variantes do «quórum» de proponentes, que é da variante do número fixo, que funciona como uma espécie de cláusula escapatória («escape clause») para os rigores excludentes da exigência de 5 % nos municípios mais populosos, como por exemplo, Praia, S. Vicente e Santa Catarina”.

Portanto, não se pode censurar a decisão do juiz que, tendo verificado que a candidatura recorrente não supriu a irregularidade decorrente da não junção das certidões de recenseamento eleitoral em nome dos seus proponentes, decorrido o prazo legal, a rejeitou, com base em fundamentos consistentes.

6. Respondida positivamente a primeira questão, é chegado o momento de enfrentar a segunda e que consiste no seguinte: logrou a candidatura do **Novo Rumo** cumprir tempestivamente a condição a que se refere a pergunta anterior?

¹ Cfr. **Daniel Henrique Costa** (Org.) : *Dados Eleitorais de Cabo Verde em 25 anos de regime democrático* (1991-2016), Praia, 2018, p. 615.

² Com base nos dados de recenseados em 2016, aplicando-se a cláusula da percentagem nos municípios da Boavista, Brava, Maio, Santa Catarina do Fogo e São Salvador do Mundo os 5% dos eleitores recenseados corresponderiam a, respetivamente : 341, 221, 241, 171 e 275 proponentes.

É claro que a forma como se respondeu à primeira questão facilita o enfrentamento dessa segunda, na medida em que era o dever da candidatura do **Novo Rumo**, mesmo antes da apresentação da candidatura, munir-se das quinhentas certidões de recenseamento dos seus proponentes, ou na sua quase totalidade, provando que são eleitores residentes na área do Município da Paria e inscritos no Caderno de Recenseamento Eleitoral da Praia, para que a iniciativa de participação política cidadã não tivesse o constrangimento verificado nos autos.

Como se asseverou no Acórdão n.º 18/2016, não é responsável, nem tão-pouco diligente decidir-se apresentar uma candidatura às eleições para a escolha de titulares de órgãos de autarquias locais, sem que se tenha munido de parte significativa de documentos imprescindíveis para a devida instrução da candidatura.

Portanto, andou bem o Meritíssimo Juiz do 3.º Juízo do Tribunal da Comarca da Praia quando rejeitou a candidatura do grupo de cidadãos - **Novo Rumo**-, depois de ter verificado que, decorrido o prazo de quarenta e oito horas indicado ao mandatário, para, querendo, suprir a irregularidade decorrente da não junção das certidões de recenseamento eleitoral em nome dos seus proponentes, não o fez, tendo se limitado a alegar, sem provar, como se demonstra logo de seguida, devido ao momento em que recebeu a notificação do despacho de aperfeiçoamento (sexta-feira às 16 horas e 40 minutos), não lhe foi possível apresentar as certidões de recenseamento eleitoral dos proponentes da sua candidatura, porque a CRE da Praia não presta serviços aos sábados e domingos e a porta desta instituição eleitoral encontrava-se fechada.

7. Terceira - Ocorreu algum evento não imputável à candidatura do **Novo Rumo** que pudesse justificar a não apresentação oportuna das certidões de recenseamento dos proponentes da sua candidatura, ou seja, ocorreu o justo impedimento?

No dia 25 de outubro de 2024, pelas 17 horas, o sr. Nelson Jorge Gomes de Pina foi notificado do despacho em que foi sinalizada a irregularidade decorrente da falta de certidões de recenseamento eleitoral dos proponentes da candidatura do **Novo Rumo**, e informado que teria o prazo de 48 horas para suprir as irregularidades referidas no despacho, veio, no dia 27 de outubro de 2024, pelas 16 horas e 30 minutos, apresentar o documento constante de fls. 125 dos autos, dizendo que devido ao momento em que

recebeu a comunicação (sexta-feira às 16 horas e 40 minutos), não lhe foi possível apresentar as certidões de recenseamento eleitoral dos proponentes da candidatura do **Novo Rumo**, porque a CRE da Praia não presta serviços aos sábados e domingos.

Conclusos os autos, o Meritíssimo Juiz do 3.º Juízo Cível da Comarca da Praia, no dia 27 de outubro de 2024, sem indicação da hora, proferiu o despacho alojado a fls. 140 dos autos, cujo teor relevante para a questão em apreço se passa a reproduzir: *“decorrido o prazo de quarenta e oito horas, compulsados os autos constata-se o seguinte: Não constando dos autos acima referenciados as 500 (quinhentas) assinaturas de cidadãos eleitores, nem as respetivas certidões de recenseamento eleitoral na Comissão de Recenseamento Eleitoral da Praia, verifica-se a ilegitimidade do propoente da presente candidatura e não estando a lista ordenada em conformidade com a paridade na participação política, o 3.º Juízo Cível do Tribunal da Comarca rejeita a lista de candidatos apresentada por um grupo de cidadãos eleitores independentes Novo Rumo-NUR- às eleições dos titulares da Câmara Municipal pelo Círculo da Praia, marcada para o dia 01 de dezembro de 2024”*.

Notificado do despacho no dia 27 de outubro de 2024, pelas 23 horas e 56 minutos, no dia 29 do mesmo mês e ano, dirigiu um requerimento ao Tribunal acompanhado da declaração emitida pelo presidente da CRE Praia com as seguintes informações: *“ Por esta via informamos ao Senhor Nelson Jorge Gomes de Pina, na qualidade de “ Mandatário do Grupo de Cidadãos Novo Rumo” que não nos é possível emitir as 500 (certidões) de recenseamento eleitoral, no âmbito da apresentação da candidatura às próximas Eleições, uma vez que ainda estamos na eliminação de duplas inscrições, óbito e o período de inalterabilidade é já no dia 1 de dezembro)”*.

Às 17 horas e 35 minutos do dia 31 de outubro de 2024, prolatou-se o despacho objeto deste recurso em que se deu por não verificado o justo impedimento invocado pelo mandatário, como se pode ver pela transcrição da parte pertinente dessa decisão:

Decidido que é legítima a exigência desse documento ao mandatário que representa o referido grupo de cidadão pelo tribunal, vai-se decidir agora se ocorre o invocado justo impedimento.

O artigo 139º sob epígrafe "Justo Impedimento", do CPC, aplicável ex vi artigo 268º do CE, é do seguinte teor: "1, considera-se justo impedimento o evento não imputável à parte nem aos seus representantes ou mandatários, que obste à prática atempada do ato. 2. Cabe à parte que alegar o justo impedimento oferecer logo a respetiva prova; o juiz, ouvida a parte contrária, admite o requerente a praticar o ato fora do prazo, se considerar verificado o justo impedimento e reconhecer que a parte se apresentou a requerer logo que ele se cessou. '.

Extrai-se deste artigo, de um lado, que o justo impedimento depende da verificação dos seguintes pressupostos: a) a ocorrência de evento que obste à prática atempada do ato e b) e não ser este evento imputável à parte nem aos seus representantes ou mandatários.

De outro lado, impende sobre a parte que o alega, a prova do facto suscetível de integrar o conceito normativo justo impedimento.

Resulta assente dos autos que a CRE da Praia atestou na declaração junta aos autos que não lhe era possível emitir as 500 (quinhentas) certidões por motivo de funcionamento do próprio serviço.

Com relevância para a decisão, resultam assentes dos autos os seguintes factos:

- A candidatura do Grupo NOVO RUMO - NVR deu entrada na secretaria deste Juízo no dia 17 de outubro de 2024 sob o número 1102/2024;*
- O Grupo NOVO RUMO - NVR não apresentou no momento da apresentação da sua candidatura em Juízo o número legal mínimo dos subscritores da sua lista, nem a instruiu com a documentação necessária que comprova o recenseamento desses subscritores no círculo eleitoral da Praia;*
- No despacho de aperfeiçoamento, que foi notificado ao seu mandatário no dia 25 de outubro de 2024, pelas 17 horas, exigiu-se a essa candidatura, inter alias, a junção da documentação referida no ponto anterior.*

- Foi com a prolação do despacho de rejeição provisória da sua candidatura, datado de 27 de outubro de 2024, em virtude da não junção do documento em referência que o mandatário da lista veio alegar que o incumprimento do prazo previsto pelo CE para a regularização do processo eleitoral do seu representado não lhe era imputável, pois 'T....] os serviços da CRE nos garantiram que é impossível passar-nos 500 certidões de recenseamento eleitoral [...]';

- O mandatário da lista, apesar de lhe ter sido informado pelo tribunal que tem o ónus de juntar aos autos o comprovativo do pedido de emissão das certidões de recenseamento dos seus subscritores na entidade competente, não fez a prova desse facto.

Quanto ao primeiro requisito acima referido, admite-se que o grupo de cidadãos proponente desta candidatura se encontra confrontada, face à mencionada declaração subscrita pelo Presidente da CRE da Praia, com o evento que obste à prática atempada do ato. .

Mas esse facto exime de censura o comportamento do proponente da presente candidatura?

Dispõe o artigo 266º alínea a) do CE que "Salvo o disposto no artigo 377.º número 5, serão obrigatoriamente passadas, a requerimento de qualquer interessado, no prazo de quarenta e oito horas: [...] as certidões necessárias para a instrução do processo de apresentação de candidatura [...]";

O artigo 377º, sob epígrafe "Requisitos formais de apresentação de candidatura nºs 4 e 5 do CE tem o seguinte teor "4 Os proponentes devem fazer prova de inscrição no recenseamento. 5 Para efeito do disposto nos números 2 e 4, a prova de inscrição no recenseamento eleitoral é feita por certidão passada pela comissão de recenseamento eleitoral no prazo de cinco dias a contar da receção do respetivo requerimento ou por apresentação do cartão de eleitor ou ainda de fotocópia do mesmo devidamente autenticada."

Ora extrai-se, essencialmente, desses dispositivos legais que o serviço da administração competente para a emissão do documento que prova o recenseamento dos subscritores

da lista apresentada em Juízo pelo Grupo NOVO RUMO - NVR tem o prazo máximo de quarenta e oito horas previsto pelo CE para o emitir e, numa interpretação sistemática, o meio de prova exigido para se provar a inscrição dos subscritores da lista no recenseamento eleitoral.

Neste sentido, não é por culpa do referido serviço da administração que o mandatário da lista não apresentou no prazo de quarenta e oito horas previsto pelo CE essa documentação necessária à regularização do processo eleitoral do seu representado.

O Tribunal Constitucional a propósito dessa questão faz a seguinte consideração no aresto que se tem vindo a citar: 'T....] Não é, seguramente, depois do despacho de correção do juiz o momento ideal para apresentar o grosso dos documentos necessários que devem integrar o processo de candidatura, E isso não deixa de ser racional, haja em vista que, de facto, não se pode, sob pena de se atropelar os prazos previstos para as diversas fases do processo eleitoral, estendê-los demasiadamente. Pressupõe-se, pois, que as candidaturas, mesmo as promovidas por grupos independentes, têm capacidade para entregar um processo globalmente completo, ficando somente pequenos ajustes para o período posterior a eventual despacho do juiz no sentido de supressão das irregularidades.

É verdade que se pode considerar possível que a candidatura requerente pode ter tido dúvida razoável, se levarmos em consideração que o artigo 426.º, precisamente epigrafiado de 'requisito formal de apresentação de candidatura' - no qual se esperaria estarem concentrados os requisitos adicionais aplicáveis às candidaturas promovidas por grupos de cidadãos -, somente exige declaração de que "o candidato não se encontra inscrito em qualquer partido político" e que o outro tipo de documento central mencionado nos autos, a certidão de recenseamento na área do município, retira-se, implicitamente, do artigo 425.

Outrossim, o Supremo Tribunal de Justiça, enquanto Tribunal Constitucional, já havia se pronunciado sobre essa questão no seu aresto nº 07/2008, de 17 de abril, fixando a seguinte jurisprudência: parece ser inquestionável que, todo aquele que, no âmbito da apresentação da lista de candidatura a umas eleições autárquicas, ou outras, se apresenta a esse concurso político deve estar munido dos documentos de suporte

elencados na lei, requerendo as certidões com a devida antecedência, indicando logo o uso a que se destina, quanto mais não seja pela circunstância de a passagem de certidões destinadas à instrução de recursos em matéria eleitoral ser obrigatória, sim, mas adentro das 48 horas subsequentes, nos termos do art 255º), de tal sorte que, a falta de indicação dessa finalidade, somente obrigará a sua passagem no prazo geral. De maneira que, in casu, tudo indica que os documentos foram passados adentro desse lapso de tempo (foi requerido a 11 de Abril e a 14 do mesmo mês foram disponibilizadas as certidões requeridas), não se mostrando justificado o apelo a relevação da correspetiva falta de sua entrega em tempo devido, pois, em se pretendendo socorrer-se da ignorância ou deficiente interpretação da lei, consabido é que «A ignorância ou má interpretação da lei não justifica a falta do seu cumprimento nem isenta as pessoas das sanções nela estabelecidas»

Neste sentido, é imputável ao proponente da presente candidatura o incumprimento do prazo de quarenta e oito horas previsto pelo CE para juntar aos autos acima referenciados o documento que comprova o recenseamento dos subscritores da sua lista de candidatos ao sufrágio dos titulares da Câmara Municipal no círculo eleitoral da Praia.

Consequentemente, não se verifica o justo impedimento invocado pelo mandatário da lista.

Logo, a falta de junção aos autos do mencionado documento necessário à regularização do presente processo eleitoral determina a rejeição definitiva da lista de candidatos apresentada pelo Grupo NOVO RUMO - NVR às eleições dos titulares dos órgãos municipais, marcadas para o dia 1 de dezembro de 2024.

Pelo exposto, e nos termos das disposições legais supracitadas, 3º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca da Praia rejeita definitivamente a lista dos candidatos do Grupo NOVO RUMO - NVR às eleições dos titulares da Câmara Municipal, marcadas para o dia 01 de dezembro de 2024).

8. Esta Corte já teve oportunidade de se debruçar sobre o conceito de justo impedimento, as condições da sua operacionalidade e a possibilidade de se o aplicar ao contencioso

eleitoral, conforme a seguinte orientação que se extrai do Acórdão n.º 18/2016, Basta vs. Tribunal Judicial da Comarca da Boa Vista, Rel. JC José Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, n.º 50, de 16 de dezembro de 2016:

“2.4.2. É bem verdade que o Meritíssimo Juiz lembra que nesta matéria, deve atender-se prioritariamente ao que dispõe o artigo 264 do Código Eleitoral, conforme o qual “os prazos previstos neste Código são improrrogáveis e correm em dias de tolerância de ponto, domingo, e feriados” e, pareceu-nos, que, em larga medida, terá visto nesta norma sentido tão inequívoco que não pode decidir de outra forma. Neste ponto específico, compulsados os autos, o Tribunal Constitucional verifica que a orientação seguida pelo ilustre magistrado também se ancora em pronunciamento recente deste Tribunal no qual se enfatiza a ligação entre a solução legislativa e a celeridade do processo eleitoral, que se espalha igualmente sobre o contencioso eleitoral, de tal sorte a contemplar regras tão taxativa como esta da improrrogabilidade dos prazos (Acórdão nº 4/2016, de 22 de fevereiro, publicado no B.O da República de Cabo Verde, I Série, n.º 35, 10 de maio).

E parece-nos que teve toda razão no seu primeiro despacho, atendendo que o pedido feito pela candidatura se amparava em equívocos notórios sobre o regime de prazos e sobre o funcionamento das instituições públicas relevantes em períodos eleitorais, cujos contornos já foram discutidos. Perante o argumento de que “o documento de apresentação das candidaturas apresenta irregularidades impossíveis de colmatar no prazo de 8 horas; 5. São oito horas porque, hoje é sexta-feira e a maioria das irregularidades deverão ser colmatadas nas instituições públicas que, por conseguinte, trabalham até às 16 horas”, o pedido de prorrogação do prazo era, sem mais, claramente inatendível.

Tal filosofia e as consequências gerais do não cumprimento dos prazos são reafirmadas pelo Tribunal. As candidaturas devem cumprir com os prazos previstos pelo Código Eleitoral sob pena de as listas que apresentam serem rejeitadas. Foi o que se afirmou na primeira parte dessa decisão.

2.4.3. Mas a improrrogabilidade de que fala o artigo não pode abranger os casos em que a omissão de prática do ato de correção de processo de candidatura não se pode imputar aos candidatos, como decorreu de conduta de órgãos do próprio Estado.

Corresponderia a situação não prevista pelo citado dispositivo, autorizado, além de interpretação conforme a Constituição, a recorrer ao direito subsidiário, considerando o prescrito no artigo 268 do Código Eleitoral, o qual estabelece que “em tudo o que não estiver regulado no presente Código aplica-se aos actos que impliquem intervenção de qualquer tribunal o disposto no Código de Processo Civil quanto ao processo declarativo, com as necessárias adaptações”.

2.4.4. Nos termos do n.º 1 do artº 139, do Código de Processo Civil, “considera-se justo impedimento o evento não imputável à parte nem aos seus representantes ou mandatários, que obstem prática atempada do acto”. Um evento é um acontecimento independentemente da sua natureza. Avaliando a situação concreta, é seguro que houve um evento [...]

2.4.5. todavia, isto não é suficiente, pois prescreve o número 2 do mesmo artigo do Código de Processo Civil que Cabe à parte que alegar o justo impedimento oferecer logo a respetiva prova: o juiz ouvida a parte contrária, admite o requerente a praticar o ato fora do prazo, se considerar verificado o justo impedimento e reconhecer que a parte se apresentou a requerer logo que ele cessou”. Com as adaptações necessárias previstas pelo artigo 268º do Código Eleitoral, estas condições também estão presentes no caso concreto, exigindo a este que pondere as circunstâncias que o requerente trouxe ao processo, e provou, e que justificam a sua conduta, e que podem justificar a prática de um ato em momento diferente.”

8.1. A questão que se coloca é se, no caso vertente, ocorreram eventos suscetíveis de suscitar a invocação do justo impedimento e em caso afirmativo, se o instituto foi suscitado em devido tempo, tendo em conta a especial celeridade que caracteriza o contencioso eleitoral cabo-verdiano.

Resulta claro do Acórdão n.º 18/2016, que, não obstante a especialidade do contencioso eleitoral, designadamente a celeridade, há casos em que se pode invocar o justo impedimento.

Como se assentou no Acórdão n.º 94/2024, de 05 de outubro, (Sociedade Em Movimento v. 3.º Juízo do tribunal Judicial da Comarca da Praia), que ainda não foi publicado no

Boletim Oficial, qualquer evento não imputável à candidatura que obste, por exemplo, a entrega de documentos no prazo de quarenta e oito horas, deve ser alegado e acompanhado da respetiva prova antes do fim do prazo legalmente fixado para que possam ser supridas as irregularidades sinalizadas.

Esse entendimento está em sintonia com o Código Eleitoral que é bem explícito quando, no seu artigo 264.º do CE, estabelece que “*os prazos previstos neste Código são improrrogáveis e correm em dias de tolerância de ponto, domingos e feriados.*”

A opção pela improrrogabilidade dos prazos é justificada pelo facto de a partir do momento em que se fixa o calendário eleitoral, qualquer dilação na realização de atos típicos do processo eleitoral, fora da situação de justo impedimento, pode comprometer, irremediavelmente, a realização de eleições nos prazos constitucionais e legais, com profundos reflexos na duração dos mandatos dos eleitos.

Por outro lado, admitir que os prazos do Código Eleitoral fossem prorrogáveis, além do restrito contexto do justo impedimento, seria introduzir fatores de perturbação que não são admissíveis em processo eleitoral, que requer serenidade, segurança, previsibilidade e, mais uma vez, especial celeridade.

Aliás, no caso em análise, o facto de se ter proferido um despacho anómalo que rejeitou pela segunda vez a candidatura do **Novo Rumo**, como se o Código Eleitoral permitisse exarar dois despachos de rejeição de candidaturas no mesmo processo, uma provisória e outra definitiva, fez com que a tramitação deste processo se protelasse desnecessária e demasiadamente no Tribunal recorrido, o que não é bom para se manter a especial celeridade do contencioso eleitoral.

8.2. O entendimento do Tribunal Constitucional é que havia espaço para equacionar o justo impedimento, porque, no dia 25 de outubro de 2024, pelas 17 horas, o sr. Nelson Jorge Gomes de Pina foi notificado do despacho em que se indicou a irregularidade decorrente da falta de certidões de recenseamento eleitoral dos proponentes da candidatura do **Novo Rumo**, e informado que tinha o prazo de 48 horas para suprir as irregularidades referidas no despacho de aperfeiçoamento, e veio, no dia 27 de outubro de 2024, pelas 16 horas e 30 minutos, apresentar o documento constante de fls. 125 dos

autos, dizendo que devido ao momento em que recebeu a comunicação (sexta-feira às 16 horas e 40 minutos), não lhe foi possível apresentar as certidões de recenseamento eleitoral dos proponentes da candidatura do Novo Rumo, porque a CRE da Praia não presta serviços aos sábados e domingos.

Ora, a alegação de que a impossibilidade de apresentar as certidões de recenseamento eleitoral dos proponentes da candidatura do **Novo Rumo** ficou a dever-se ao facto de a CRE da Praia não prestar serviços aos sábados e domingos constitui um evento suscetível de desencadear uma ação tendente a avaliar os pressupostos do justo impedimento, a saber:

- a) a ocorrência de evento que obste à prática atempada do ato e;
- b) não ser este evento imputável à parte nem aos seus representantes ou mandatários.

O ónus de oferecer logo a prova do justo impedimento pertence a quem o invoca. E, feita a avaliação, se se chegar à conclusão que se verifica o justo impedimento, autoriza-se a prática do ato fora do prazo.

No caso *sub judice*, o Mandatário da lista do **Novo Rumo** para as eleições dos titulares da Câmara Municipal da Praia alegou, mas não logrou provar que a CRE da Praia não funcionou, nem que as portas dos respetivos serviços se encontravam encerradas no fim-de-semana, sábado e domingo, 26 e 27 de outubro de 2024, respetivamente.

8.3. Desde logo porque, se se pode admitir que a CRE da Praia não presta serviços normais aos sábados e domingos e feriados, fora do período eleitoral, não é verdade que não os prestes nesses dias, durante o período eleitoral, tendo em conta o disposto no artigo 264.º “*os prazos previstos neste Código são improrrogáveis e correm dias de tolerância de ponto, domingos e feriados*” e o artigo 265.º do Código Eleitoral: “*os serviços públicos da administração central e da administração municipal e as secretarias dos tribunais, mantêm-se abertos nos dias referidos no artigo anterior, se for necessário para a prática de actos eleitorais*”.

O Mandatário não fez qualquer esforço de sequer juntar um elemento de prova que pudesse corroborar a afirmação de que as portas dos serviços da CRE da Praia se

encontravam encerradas no fim-de-semana, sábado e domingo, 26 e 27 de outubro de 2024, respetivamente, seja o comprovativo de um telefonema que não tenha sido atendido, sejam fotografias da sede da CRE da Praia feitas nesses dias em que se pudesse ver as portas fechadas, como aliás, fizeram as candidaturas do BASTA (Acórdão n.º 18/2016, Basta vs. Tribunal Judicial da Comarca da Boa Vista), em 2016 e do LUTA (Acórdão n.º 34/2020, de 24 de setembro), em 2020, tendo logrado provar que nos períodos a que se reportavam os eventos suscetíveis de constituir justo impedimento os serviços das respetivas CREs não funcionavam ou não tinham condições para emitir as certidões de recenseamento imprescindíveis para a instrução das suas candidaturas.

Uma atitude diligente levaria o Mandatário da candidatura do **Novo Rumo**, logo após ter sido notificado do despacho de aperfeiçoamento, a dirigir-se imediatamente aos serviços da CRE da Praia para depositar o pedido de emissão de certidões dos proponentes, com a identificação precisa de cada um dos subscritores da candidatura cujo registo no caderno de recenseamento eleitoral da Praia estava em falta. Recebido o pedido, deveria ter solicitado uma cópia com o registo da entrada do mesmo para fazer prova de que requereu em tempo devido as suprarreferidas certidões. Se por uma razão ou outra não fosse possível emitir essas certidões no prazo de 48 horas teria como fundamentar ou provar o justo impedimento.

Considerando que o Mandatário do Grupo de Cidadãos Independes **Novo Rumo**, apesar de ter invocado o justo impedimento, não conseguiu prová-lo, não se pode dar por verificada a ocorrência de evento que obstasse à prática atempada do ato.

8.4. Por conseguinte, a não junção das certidões de recenseamento de inscrição dos proponentes da candidatura no Caderno Eleitoral da Praia ficou a dever-se à imprevidência da candidatura do **Novo Rumo**, que não só não se preparou, não se organizou para instruir a sua candidatura com todos documentos legais e legítimos, como na oportunidade que lhe foi concedida para corrigir a irregularidade relativa às certidões de recenseamento não conseguiu provar que a responsabilidade por essa falha não lhe podia ser assacada.

Na verdade, e, como ficou registado e destacado no Acórdão n.º 18/2016, Basta vs. Tribunal Judicial da Comarca da Boa Vista, Rel. JC José Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, n.º 50, de 16 de dezembro de 2016, “não é, seguramente, depois

do despacho de correção do juiz o momento ideal para apresentar o grosso dos documentos necessários que devem integrar o processo de candidatura. E isso não deixa de ser racional, haja em vista que, de facto, não se pode, sob pena de se atropelar os prazos previstos para as diversas fases do processo eleitoral, estendê-los demasiadamente. Pressupõe-se, pois, que as candidaturas, mesmo as promovidas por grupos independentes, tenham capacidade para entregar um processo globalmente completo, ficando somente pequenos ajustes para o período posterior a eventual despacho do juiz no sentido de supressão das irregularidades.”

Por tudo o que fica exposto, considera-se improcedente este recurso.

III - Decisão

Pelo exposto, os Juízes do Tribunal Constitucional, reunidos em Plenário, por unanimidade, decidem em julgar improcedente o recurso, mantendo a decisão de rejeitar a candidatura do **Novo Rumo** às eleições dos titulares da Câmara Municipal da Praia, marcadas para o próximo dia 01 de dezembro de 2024.

Registe, notifique e publique.

Praia, 07 de novembro de 2024

Os Juízes Conselheiros,

João Pinto Semedo (Relator)

Aristides R. Lima

José Pina Delgado

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 07 de novembro de 2024.

O Secretário,

João Borges